



**HAL**  
open science

# O que pode implicar debruçar-se sobre o passado em tempos ditatoriais: escolhas e práticas historiográficas entre 1950 e 1974

Christophe Araujo

## ► To cite this version:

Christophe Araujo. O que pode implicar debruçar-se sobre o passado em tempos ditatoriais: escolhas e práticas historiográficas entre 1950 e 1974. *Historiografias e historiadores. Orientações teóricas e práticas*, Sérgio Campos Matos; Luís Filipe Barreto; Nuno Gonçalo Monteiro, Dec 2023, Lisbonne université, Portugal. hal-04333165

**HAL Id: hal-04333165**

**<https://hal.science/hal-04333165v1>**

Submitted on 12 Dec 2023

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License

### **Seminário 3: O que pode implicar debruçar-se sobre o passado em tempos ditatoriais: escolhas e práticas historiográficas entre 1950 e 1974**

Christophe Araújo, Universidade Paris Nanterre

Seminário 2 Caminhos da historiografia, 5 de dezembro de 2023

Gostaria em primeiro lugar de agradecer as e os membros da comissão organizadora por ter aceito a minha proposta. Lamento o facto de não poder estar presente em Lisboa convosco, mas não me foi possível deslocar com as aulas na faculdade. Também, assim, melhora a minha pegada ecológica ao evitar apanhar o avião e podem desfrutar da péssima luz de Paris no início do mês de dezembro. Fico muito contente de partilhar esta mesa redonda de apresentações com os colegas e farei o meu melhor para respeitar o tempo, apesar de ter escolhido um título demasiado comprido.

Esta apresentação tem como finalidade de responder à pergunta seguinte: em que medida as escolhas políticas das e dos historiadores ativos durante a ditadura traduziram-se por opções distintas na historiografia? Para responder a esta pergunta, tenho como base as principais conclusões da minha tese de doutoramento defendida em 2021 que está disponível on-line em francês. No âmbito deste trabalho, pretendi salientar como a agenda política portuguesa teve um papel determinante nas práticas historiográficas e no funcionamento da comunidade historiográfica.

#### **I) Uma comunidade historiográfica com divisões políticas reforçadas durante a ditadura**

Atrás desta noção de comunidade historiográfica, quero afirmar desde já, que existe um conjunto de produtores e produtoras de história em Portugal durante a ditadura portuguesa, apesar de práticas diferentes, das incursões do campo político no campo científico e de tensões entre historiadores como evidenciar-lho-ei daqui uns minutos. Se então houve um grupo de pessoas unidas não só pelo “gosto dos arquivos” seguindo Arlette Farge, existe nesta comunidade uns alicerces comuns, indiscutíveis, nos métodos de análise, no uso das notas de rodapé, nas referências aos trabalhos de outras e outros historiadores e claro na fundamentação das ilações sempre usando as fontes históricas. Desta forma, insisto na ideia de um grupo cuja unidade pode parecer, às vezes, frágil, mas onde há uma circulação dos escritos (isto é livros

ou artigos), mesmo se é para criticar os outros autores, tal como acontece em outros meios historiográficos como o disse Michel de Certeau:

Ao « nos » do autor corresponde o dos verdadeiros leitores. O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. Tal como o aluno de outrora falava à turma, mas antes ao seu professor, um livro é avaliado menos pelos seus consumidores do que pelos « pares » e « colegas » que o avaliam segundo critérios científicos diferentes dos do grande público, mas que são decisivos para o autor quando este pretende efetuar um trabalho historiográfico. [...] [O estatuto de historiador] depende de uma « agregação » que classifica o « eu » do escritor no « nós » de uma obra colectiva, ou que habilita um orador a proferir o discurso historiográfico.

O “eu” do historiador português insere-se no “nos” da comunidade historiográfica que vai julgar o trabalho dos outros pares. Porém, a existência de um poder autoritário em Portugal alterou bastante o funcionamento da comunidade historiográfica. Enquanto nos outros países, sobretudo nos regimes democráticos, assemelhava-se cada vez mais a função de historiador a de professor universitário, a partir de 1935 e até a queda da ditadura, o governo, através da polícia política, vigia as candidaturas e as e os professores quer que fosse a função deles (assistentes, auxiliar, extraordinários ou catedráticos). De facto ao abrigo de duas leis, o Decreto-lei nº25:317 do 13 de maio de 1935 (Presidência do Conselho)

Artigo 1.º Os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não deem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário.

Art. 2º Os indivíduos que se encontrarem nas condições do artigo anterior não poderão ser nomeados ou contratados para quaisquer cargos públicos nem admitidos a concurso para o provimento nêles

E o decreto-lei nº27 003 do 14 de setembro de 1936 (Presidência do Conselho):

« Declaro por minha honra que estou integrado na ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933, com activo repúdio do comunismo e de todas as idéas (sic) subversivas » (Artigo 1.º Para a admissão a concurso, nomeação efetiva ou interina)

O governo tem os meios de impedir o ingresso ou simplesmente a vida académica. Tendo em conta estes critérios, e perante o controlo do poder político, a comunidade vai ter distintos

posicionamentos políticos. Destaquei três atitudes: os historiadores orgânicos, os historiadores acomodados e os historiadores em oposição. Os orgânicos, como João Ameal, defendem vigorosamente a ditadura e colocam a história ao serviço do poder político, mesmo que isso signifique escrever o que poderia ser considerado como uma história oficial. Os acomodados não manifestam qualquer oposição à instalação ao regime ditatorial, e sem necessariamente tomarem uma posição clara no campo político, aceitam o quadro autoritário. As e os historiadores em oposição correspondem ao grupo oposto ao primeiro na medida em que inclui aquelas e aqueles que se opõem claramente ao governo nos primeiros tempos da ditadura, que designei como os historiadores em oposição. Este quadro abrange todo o período ditatorial, mas até para as e os historiadores ativos a partir da década de 1950, temos proporções semelhantes.

Ao ter uma perspectiva da comunidade historiográfica na sua íntegra, ma medida em que os historiadores orgânicos são marginais em termos numéricos, decidi nesta apresentação, tal como na minha tese de doutoramento, evidenciar dois grupos de científicos divididos quer por critérios políticos, quer por práticas historiográficas divergentes. É de ressaltar que essas diferenças políticas e historiográficas se reforçam depois da Segunda Guerra Mundial, ou seja, na cronologia deste seminário. Vamos agora abordar sucessivamente os dois grupos dominantes.

## **II) Práticas historiográficas petrificadas dos historiadores acomodados? (1950-1974)**

Antes de mais, gostaria de sublinhar que a produção historiográfica dos historiadores acomodados não foi orientada pelo regime autoritário. Não houve ordens vindas dos principais centros de poder em Lisboa e ninguém os obrigou a escrever um determinado tipo de história. O ato de escrever era livre, mas apenas se fossem aceites as regras do jogo autoritário, o que implicava aceitar a impossibilidade de criticar os detentores do poder, o que esses historiadores fizeram. Havia, portanto, condições para exercer essa liberdade de escrever. Uma espécie de pacto tácito foi estabelecido entre os historiadores acomodados e os detentores do poder: para manter a escrita da história no domínio da ciência, e assim evitar qualquer interferência política no mundo do conhecimento, era necessário deixar a política para os detentores do poder. De facto, para não chamar a atenção dos poderes autoritários, não se podia falar de política e de sociedade sem correr o risco de ser censurado. É certo que a complacência dos historiadores

que se acomodaram ao regime autoritário fez com que não fossem, ou o fossem apenas excepcionalmente, sujeitos a escrutínio. Apesar disso, os séculos mais próximos no tempo, nomeadamente os séculos XIX e XX, foram negligenciados. Estes séculos poderiam facilmente tornar-se objeto de um debate político. Assim, ao centrarmo-nos nos períodos mais longínquos, incluindo nos programas universitários, não corremos o risco de abordar os séculos da Revolução Francesa, do liberalismo e da implantação da ideologia socialista e comunista, sendo esta última o fio condutor do pensamento. Assim, o período contemporâneo foi claramente abandonado.

Que tipo de história escreveram estes historiadores acomodados? O primeiro ponto, que também se aplica aos historiadores opositores, é o facto de ser evidente o enfoque na história de Portugal. Todos os historiadores portugueses escrevem sobre Portugal e, embora essa tendência seja menos forte hoje em dia, continua a vigorar. Em segundo lugar, trata-se de uma história que é sobretudo e quase essencialmente política e de acontecimentos. Assim, a história escrita pelos historiadores nos anos 50 não mudou muito em relação à história escrita no início da ditadura. Podemos tomar o exemplo da história de Portugal dirigida por Damião Peres, onde podemos ver claramente a importância da história política. Esta escrita recua muito na cronologia portuguesa, até ao início do século XX e, portanto, até ao fim da monarquia. É fortemente influenciada pelo historicismo alemão de Ranke e pela escola metódica francesa do século XIX. Os meios académicos foram fortemente influenciados pelo aparecimento da escola metódica francesa e pelo seu método de interpretação da história. Além disso, o francês foi a língua estrangeira mais regularmente aprendida até aos anos 1960-1970. Joaquim Bensaúde ilustra esta erudição: viveu na Alemanha e escreveu grande parte da sua obra diretamente em francês, sinal do seu domínio de várias línguas (podemos também pensar em Armando Castro, que escreveu igualmente bem em alemão, inglês, francês e português). No entanto, este conhecimento de línguas estrangeiras não era necessariamente um sinal de atração por outras práticas historiográficas. A continuidade entre a história escrita no início do século XX, no início da ditadura e entre as décadas de 1950 e 1970 leva-me a falar de uma história petrificada, não afetada pelas influências de outras tendências que se desenvolviam no resto do mundo. A irrupção do regime autoritário não alterou a escrita da história tal como estava a ser praticada, mas antes a petrificou, impedindo que as inovações das ciências sociais e do estrangeiro se propagassem durante várias décadas.

Do ponto de vista cronológico do período estudado, podemos, no entanto, observar uma inflexão que mostra que a visão que acabo de apresentar também não deve ser esquemática. Entre 1950 e 1960, a escrita dos historiadores acomodados manteve-se profundamente erudita,

mas menos marcada pelo confronto do que no período anterior. Percebem-se algumas raras inovações na escrita da história, mas estas são ainda muito marginais. Além disso, historiadores acomodados, muitas vezes próximos ao governo autoritário, faziam questão de escrever a história do Império para reforçar seus laços com a metrópole.

O último período, entre 1960 e 1974, foi um período dual. Enquanto uma parte da produção historiográfica continuou a ler e a escrever a história de uma forma ainda orientada para a história erudita e de acontecimentos, alguns historiadores não hesitaram, mesmo no seio das universidades portuguesas, em alterar as suas práticas de escrita, revelando uma particular atenção às novas formas de escrita e de reflexão sobre a história de Portugal vindas do estrangeiro. A existência desta tendência, sobretudo na Universidade de Lisboa, explica a razão pela qual acrescentei um ponto de interrogação ao título desta secção. Na medida em que alguns historiadores se deixaram influenciar pela história económica e social, aproximando-se da história escrita pelos adversários, não é possível generalizar sem mencionar algumas excepções notáveis, ainda que a tendência para a história política e dos acontecimentos continue a ser maioritária.

### **III) Práticas historiográficas em sintonia com o que se escreve fora de Portugal (1950-1974)**

Gostaria de falar muito brevemente sobre o que se passava antes do início dos anos 50: os historiadores que se tinham oposto ao regime e que tinham podido pegar em armas, como é o caso dos historiadores António Sérgio e Jaime Cortesão, tinham uma escrita bastante próxima da dos historiadores acomodados. Por outro lado, a comunidade historiográfica uniu-se em torno da questão do Império, unanimemente saudada pelos historiadores da geração da República, como o demonstra a participação de Jaime Cortesão na História de Portugal de Damião Peres, com um grande número de capítulos sobre o Império.

A verdadeira rutura dá-se entre 1940 e 1960, quando os historiadores mais jovens da oposição começam a escrever história económica e social, seguindo o que se fazia noutros países ricos, incluindo a França. Começaram a escrever um passado no presente, no sentido em que seguiam outras práticas actuais. Apropriaram-se dos métodos para renovar as abordagens à história de Portugal. Através da sua abertura aos contributos contemporâneos e da sua atenção às novas metodologias vindas do estrangeiro, escreveram o passado em harmonia com o presente, ao contrário dos historiadores acomodados e dos historiadores orgânicos. A influência de Vitorino

Magalhães Godinho é aqui evidente, pois desde o início dos anos 40 que se distingue claramente da restante produção, sendo a sua partida para França um sinal da sua clara atração pelos métodos do movimento dos *Annales*.

Durante o período de 1960 a 1974, a história escrita pelos historiadores em oposição foi marcada por um desejo de continuar e aprofundar o trabalho do período anterior. Em primeiro lugar, os historiadores procuraram propor uma leitura da história em oposição direta à visão dos historiadores acomodados, afirmando assim o primado da história económica e social face a uma história dos acontecimentos e erudita considerada completamente ultrapassada e desfasada do resto da produção historiográfica.

Em segundo lugar, os historiadores opositoristas procuraram colmatar as muitas lacunas da História de Portugal, nomeadamente através do estudo aprofundado do século XIX e, mais marginalmente, do século XX, como é o caso de Augusto da Costa Dias, que procurou aprofundar o trabalho sobre o século XIX quando dirigiu a Portugais Editora. As gerações mais novas quiseram dar luz a estes séculos, negligenciados durante décadas em favor da história medieval e moderna, centrando-se na economia e na sociedade. Outro exemplo é a história marxista escrita por Armando Castro. Gradualmente, a história do período contemporâneo deixou de ter o carácter descontínuo que tinha antes. No entanto, havia ainda muitos aspectos a aprofundar, o que os anos 70 e 80 não deixaram de fazer após a instauração da democracia.

### **Conclusão:**

Durante esta curta apresentação, quis mostrar como a comunidade historiográfica portuguesa estava dividida quer politicamente, quer historiograficamente. As e os historiadores acomodados não alteraram as suas práticas, inscrevendo-se na genealogia do metodismo francês e alemão do século XIX, onde a erudição dominava. Apesar de existirem certas exceções, as temáticas pouco ultrapassavam o domínio da história política e militar e debruçaram-se sobre os períodos medievais e modernos e evitaram os séculos mais recentes. Do outro lado, as e os historiadores em oposição alinharam as suas práticas escolhendo já a partir de 1940 de escrever uma história económica e social, na senda do movimento dos *Annales*.

Ao despertar o 25 de Abril 1974, a comunidade historiográfica vai de repente conhecer uma célere renovação. A história económica e social das e dos opositores torna-se dominante, o período contemporâneo é o mais estudado e a história política, assemelhada aos tempos ditatoriais, recua rapidamente. Ou seja, as práticas na pós-revolução dos Cravos são caracterizadas pela homogeneização dos métodos já usado pelos historiadores em oposição e

por certos historiadores acomodados. Foi então uma revolução política que também teve um impacto no âmbito historiográfico, mostrando, de novo, como as e os historiadores pouco escapam ao tempo presente apesar de estar sempre a olhar o passado.